

## A crônica jornalística e o pronome *nós* em perspectiva enunciativa

### A journalistic chronicle and the pronoun *we* from enunciative perspective

<sup>1</sup>Nara Augustin Gehrke\*

<sup>2</sup>Noara Bolzan Martins\*\*

---

**RESUMO:** Neste trabalho, abordamos a crônica jornalística em seu funcionamento como gênero discursivo e, em especial, em sua dimensão enunciativa. Migrante do domínio literário, a crônica hoje se consolida como um gênero (BAKHTIN, 1997; DEVITT, 2004) multimidiático, com caráter subjetivo e fortemente orientado para a expressão da opinião do cronista, convertendo-se, assim, num simulacro poetizado do real (TOCAIA, 2011). Ao investigarmos a crônica como gênero, descobrimo-la como uma reflexão do cotidiano revivido estilisticamente (ANDRADE, 2005); já para colocá-la em perspectiva enunciativa, centramos nossa atenção nos pronomes pessoais (BENVENISTE, 1995; MOURA NEVES 2000), realizando um exercício analítico de uma crônica de Lya Luft. Na crônica, destaca-se o uso estrategicamente plural do pronome *nós*: ora inclui ora exclui o enunciador e os diferentes interlocutores convocados pela cronista, num jogo retórico com o qual se produzem distintos efeitos de sentido, inclusive a ironia. Nosso estudo reforça a tese da impossibilidade da pluralização do *eu* (BENVENISTE, 1997).

**PALAVRAS-CHAVE:** Enunciação. Crônica. Pronomes Pessoais. Efeitos de Sentido.

---

**ABSTRACT:** In this paper we investigate the journalistic chronicle in its functioning as a discursive genre and, in its enunciative dimension. Migrant of the literary domain, today the chronicle established itself as genre (BAKHTIN, 1997; DEVITT, 2004), a multimedia genre, with subjective character and strongly oriented to expressing the chronicler's opinion, converting itself into a *simulacrum* of the 'reality in poetry' (TOCAIA, 2011). When we investigated the gender, we discover the chronicle as a reflection of everyday life that is revived stylistically (ANDRADE, 2005); by the other side, to investigate this genre in enunciative perspective, we focus in the personal pronouns (BENVENISTE, 1995; MOURA NEVES 2000) performing an analytical exercise in a Lya Luft's chronicle. In the text, the use of the pronoun *we* is strategically plural: sometimes includes, sometimes excludes the enunciator and the different interlocutors invited by the chronicler in a rhetorical game with that are produced different effects of meaning, including the irony. Our study reinforces the thesis of the impossibility of the pluralization of *I* (BENVENISTE, 1997).

**KEYWORDS:** Enunciation. Chronicle. Personal Pronouns. Meaning Effects.

---

---

\*Professora Assistente do Departamento de Letras Vernáculas da UFSM, atua como docente na área de Língua Portuguesa e realiza doutoramento em Linguística Aplicada/ Gramática Sistemico-Funcional no programa da instituição.

\*\* Professora de língua portuguesa, atuando em escola particular de Santa Maria (RS), e mestranda no Programa de Pós-graduação da UFSM, na área de Linguística Aplicada/ Gramática Sistemico-Funcional.

## 1. A título de uma breve apresentação

Organizamos este texto como um exercício analítico fundado na curiosidade despreziosa de investigarmos um gênero, a crônica, a partir de conceitos que permitem estudá-la em seu funcionamento como gênero discursivo e, em especial, de fundamentos que possibilitem situá-la em sua dimensão enunciativa. Para esse exercício, selecionamos, dentre as possibilidades do gênero, a crônica jornalística. Nossa escolha, de caráter eminentemente pessoal, está concretizada no exemplar *Vamos queimar os dicionários*, texto de Lya Luft, publicado em revista de circulação nacional.

No desenvolvimento de nosso trabalho, recorreremos ao conhecido conceito bakhtiniano de gênero como um enunciado relativamente estável, para o que contribuem três fatores: o tema, o estilo e a estrutura composicional (BAKHTIN, 1997), considerando essa triade funcional para os propósitos de nossa análise. Em seguida, detemo-nos em três textos de Benveniste, encontrados na quarta edição brasileira de *Problemas de Linguística Geral I* (1995), na parte que trata do homem na língua, a saber: *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, *A natureza dos pronomes* e *Da subjetividade na linguagem*. Nesses textos, o tratamento dos pronomes pessoais ocupa nossa atenção, em particular.

Passo complementar é o encontro com autores que pesquisam a crônica brasileira. Diante de uma rica literatura sobre o tema, selecionamos quatro referenciais (BETELHA, 2004; ABAURRE & ABAURRE, 2007; SCHNEIDER, 2007 e TOCAIA, 2011) que permitem um descentramento de discussões sobre o *status* literário da crônica ou de preocupações teórico-formais para dimensioná-la como um gênero do cotidiano, pois nossa intenção é flagrar seu funcionamento discursivo como uma reflexão sobre temas do dia a dia articulados pelo cronista em um texto no qual se alia a subjetividade da criação literária com a objetividade do jornalismo.

No texto que segue, iniciamos com os estudos sobre a crônica em função de esse gênero ser o fio condutor de nosso trabalho; passamos a destacar, ao lado de anotações sobre os pronomes pessoais na gramática de Moura Neves (2000), a contribuição inovadora de Benveniste (1995) para o tratamento dos pronomes pessoais e, finalmente, mostramos uma aplicação desses conhecimentos na abordagem da crônica de Lya Luft, problematizando a pluralização da primeira pessoa. Para uma melhor orientação do leitor sobre o teor metodológico ou teórico das seções, antecedemos cada parte de nosso texto com um subtítulo negrito.

## 2. Um gênero que fez história

Entre os autores consultados, Abaurre & Abaurre (2007) abordam a perspectiva historiográfica no tratamento da crônica. Para as autoras, esse gênero caminhou lado a lado com a nossa história: os cronistas vindos com as naus portuguesas relatavam, em textos cronologicamente organizados, suas impressões e observações sobre a nova terra. A função desses textos era a de preservar a memória dos fatos, configurando-se como uma espécie de depoimento com teor e valor de relato histórico. Com a consolidação da leitura do jornal como prática social do segmento letrado da emergente classe média brasileira, o folhetim ou a crônica de costumes, comentando a incipiente vida cosmopolita dos centros urbanos, passou a integrar as edições de diários e periódicos brasileiros, conquistando um público cada vez maior e mais fiel, tanto que, no dizer de Melo (2003), a crônica converteu-se num gênero tipicamente brasileiro.

No final do século XIX, a crônica como a conhecemos hoje começou a receber um tratamento literário inovador com Machado de Assis, ao introduzir uma variação de perspectiva, de ponto de vista, e ela tem, no século XX, seu melhor representante em Rubem Braga. Conforme destaca Betelha (2004), este cronista, à medida que incorporava generosas doses de sensibilidade em seus textos de reportagens, acabou explorando, em prosa, imagens e sensações antes exclusivas da representação poética.

Do relato de eventos e fatos históricos ao comentário de um acontecimento em especial, a crônica passou a destacar, a partir da década de 50, o tratamento subjetivo do fato que se encontra na rua, na praia, no bar, enfim, na vida cotidiana. Num ensaio sobre Rubem Braga, considerado por Antônio Cândido o responsável pelo resgate da crônica como gênero literário nas letras brasileiras, Betelha (*Idem*, p.27-28) afirma que, no cenário brasileiro, esse cronista magistralmente “soube unir a miudeza do cotidiano à expressividade que a conduz ao patamar lírico”. Mais adiante, a autora destaca que o narrador, em Rubem Braga, centra seu interesse no relato de experiências de vida de todos os níveis e “em tempos de consumo de informações rápidas, de experiências breves e mal vividas, esse tipo de narrativa resgata uma espécie em extinção na literatura: o narrador cuja sabedoria está fundada numa experiência comum”.

Migrante do domínio literário, a crônica, hoje, consolida-se como um gênero para ser escrito e publicado em jornais e revistas, com caráter opinativo, subjetivo, comprometido. Uma rápida leitura em qualquer um dos grandes jornais ou revistas brasileiras comprova a presença

quinzenal, semanal ou mesmo diária desse gênero nesses meios. Abaurre e Abaurre (2007, p.80) sublinham que, imersa em um domínio discursivo em que predominam as notícias e as reportagens, a crônica oferece um contraponto ao leitor, tornando-se “uma espécie de avesso da notícia”. A existência de inúmeros *sites* para divulgação de conhecidos e novos cronistas atesta o vigor desse gênero também nos meios digitais. O neologismo *webcronista* testemunha esse vigor, pois refere o produtor contemporâneo de crônicas cujo texto é produzido para a internet e nela circula e é lido. Essa pluralidade de suportes para sua circulação faz da crônica um gênero contemporâneo e multimidiático.

### 3. A crônica, sua definição e seu funcionamento

Ratificando proposta de Carolyn Miller (1984), Devitt (2004) conceitua gêneros como ações sociais tipificadas associadas a uma situação recorrente, isto é, os gêneros são uma resposta dinâmica a situações recorrentes num dado contexto social. Essa autora, acreditamos inspirada por Bakhtin (1997), destaca ainda que os gêneros implicam propósitos, participantes e temas, por isso a compreensão de um gênero acarreta a compreensão de uma situação retórica e seu contexto social.

Pensando nas observações de Devitt, lembramos que, segundo Abaurre e Abaurre (2007), a crônica é um gênero no qual o cronista relata e interpreta fatos do cotidiano chamando a atenção do seu leitor para algo que não costuma ser percebido pelo senso comum. A crônica constitui-se a partir de um olhar subjetivo, interpretativo de nosso cotidiano, sendo sua matéria-prima o comportamento humano diante de cenas comuns ou inusitadas. Segundo as autoras (*Idem*, p.80), é finalidade da crônica “revelar as fissuras do real, aquilo que parece invisível para a maioria das pessoas, ajudando-as a interpretar o que se passa a sua volta.”

Outro autor, Tocaia (2011, p.147), considera que a crônica “representa o simulacro de um relato poetizado do real, situado na fronteira entre a informação e a narração literária”. Ainda conforme esse autor, a crônica funciona como recuperadora dos fatos midiáticos à semelhança do editorial. Difere deste, porém, porque não representa a “voz” da empresa jornalística; possui um modo próprio de dizer e constitui “o simulacro da conversa aparentemente “fiada”, um “causo” em torno de questões da cena midiática do momento”. Schneider (2007) também distingue a crônica de outros textos jornalísticos afirmando que “Atualmente o sentido da crônica remete a um gênero literário em prosa, ligado ao jornalismo, mas que evita o sentido de reportagem.”

Schneider propõe-se a analisar a crônica jornalística como uma fonte documental para a história, concebendo-a como um gênero com caráter fragmentário, comprometida com o aqui e o agora, tendo o fato como matéria-prima para o cronista captar e tematizar as entrelinhas da vida cotidiana. Assim, esse autor entende a crônica jornalística como a representação literária do fragmentário, do ambíguo, do efêmero em um texto da esfera jornalística através do qual se comentam temas próximos do leitor.

Ao tematizar o cotidiano, o cronista acaba fazendo da crônica jornalística uma forma de comunicação política com o leitor. Segundo Schneider (*Idem*), o cronista pode ser considerado uma espécie de historiador do cotidiano, pois ter as notícias publicadas no jornal como conteúdo e tema de reflexão denota a ligação estreita do cronista com as questões do seu tempo, do tempo presente.

Em conclusão, lembrando as considerações de Andrade (2005), podemos definir a crônica e, em particular, a crônica jornalística como um gênero que nos apresenta uma reflexão do cotidiano revivido estilisticamente.

#### **4. A díade EU/TU e a tríade bakhtiniana no gênero**

Sendo um texto escrito e apresentando uma perspectiva marcadamente subjetiva, a crônica se configura como um gênero discursivo no qual se espera a presença -- marcada linguisticamente -- de um EU/ produtor que interpreta, avalia e comenta o seu cotidiano, o qual, na maioria das vezes, é familiar ao TU/ leitor a quem a crônica é dirigida.

Cabe aqui uma explicação: neste artigo as expressões EU e TU são grafadas com maiúscula em referência aos dois participantes pressupostos pelo gênero crônica, isto é, produtor/leitor. Reservamos a grafia *eu* e *tu* para a referência aos pronomes pessoais e mantivemos a grafia do pronome entre aspas nas referências à teorização feita por Benveniste (1995), pois, na edição brasileira de *Problemas de Linguística Geral I* (1995), essa é forma gráfica apresentada.

Assuntos do dia a dia, da política, da economia, das novas mídias, dos relacionamentos afetivos, das inquietações e inquietudes da vida contemporânea convertem-se no tema a partir da qual o cronista compõe seu texto. Segundo Andrade (2005), a crônica “ pode tratar de qualquer tema, aleatoriamente escolhido por seu autor, tal escolha pode transportá-lo da realidade vivida para a realidade enunciada”.

Dada essa liberdade temática, o texto da crônica acaba se tornando acentuadamente subjetivo, o que favorece a consolidação de estilos pelos cronistas e a exploração de uma estrutura composicional flexível, embora caracterizada pelo teor dissertativo-argumentativo em um texto no qual a função referencial da linguagem (JAKOBSON, 2010) se soma, em igual medida, a poética, num exercício de prosa criativa, explorando-se variados recursos expressivos (linguagem figurada, paralelismo, torneios frasais, pontuação, entre outros).

Aprofundando nossas reflexões, podemos acrescentar que consideramos a crônica como um gênero discursivo em que a estreita relação EU/TU é constitutiva não só do gênero, mas, principalmente, da própria estrutura composicional, pois o texto é organizado como uma espécie de diálogo entre parceiros concretizado por um suporte escrito. Essa relação dialógica dá-se entre um EU que enuncia e se enuncia no texto a partir de uma tomada de posição explícita, comprometida, pois marcada pela subjetividade, e um TU que partilha um mesmo universo de interesses ao mesmo tempo que se não assume plenamente, pelo menos se dispõe a aderir ao ponto de vista do EU. Nesse gênero o cronista é uma espécie de porta-voz do TU, dando corpo a ideias e percepções que o leitor muitas vezes ainda não expressou, mas que nele estão latentes. Veremos como exemplo na crônica de Lya Luft que a organização retórica do gênero contribui decisivamente para a construção, via texto, de uma representação da aproximação/identificação entre EU e TU, de tal modo que não é incomum ter sido criado no leitor, ao final da leitura de uma crônica, um efeito de sentido de que o lido é exatamente o que ele diria se tivesse oportunidade e talento.

Por seu lado, é exigido, no jogo enunciativo instaurado pelo gênero, uma atitude responsiva ativa (BAKHTIN, 1997) do TU, o ouvinte/leitor posicionado como um co-parceiro na interação. Entre o EU e o TU potencializa-se uma sintonia fina, pois cronista e leitor compartilham crenças, valores e ideologias. Desse modo, o que o cronista enuncia reverbera na sensibilidade e na vida do leitor, de tal modo que é comum, subsequente à publicação de uma crônica, o envio de cartas de leitores às editorias de revistas e jornais manifestando opiniões ou o testemunho do leitor sobre a recepção do texto.

## **5. Os pronomes pessoais na língua(gem)**

Para o estabelecimento do jogo enunciativo referido acima, o emprego dos pronomes pessoais tem papel fundamental. Pronomes são os elementos linguísticos cuja função particular é a de fazer referenciação sem, contudo, nomear ou denominar como os substantivos. Segundo

Moura Neves (2000), estas palavras, os pronomes, são sempre fóricos, ou seja, remetem a algum outro elemento. Em particular, os pronomes pessoais remetem aos participantes do discurso, sendo fundamentais na interlocução: um falante (primeira pessoa) se dirige a um ouvinte (segunda pessoa), tendo para isso de introduzir no discurso os participantes do ato de fala: ele mesmo e o seu interlocutor.

Certamente Moura Neves adota uma perspectiva benvenistiana no que afirma sobre os pronomes. Aqui, lembramos que, numa abordagem inovadora, Benveniste discute os pronomes pessoais tratando-os não como uma questão de sistema (classe de palavras, por exemplo), mas de enunciação. É na linguagem, em situações concretas de uso, que “eu” e “tu” são constituídos. Em *Problemas de Linguística Geral I* (1995), encontramos três textos, *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, *A natureza dos pronomes* e *Da subjetividade na linguagem*, nos quais Benveniste desenvolve sua teoria sobre os pronomes pessoais.

Nesses textos, Benveniste considera os pronomes pessoais uma das marcas do sujeito na enunciação. Segundo Flores e Teixeira (2005), as marcas de enunciação no enunciado (pronomes e advérbios, por ex.) têm a especificidade de remeter à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo irromper o sujeito da enunciação.

Na teoria proposta por Benveniste, as noções de pessoa/não-pessoa e subjetividade são os dois eixos fundantes dos pronomes pessoais e auxiliam a deslocar a discussão dos pronomes para o âmbito da enunciação, isto é, a relação *eu-tu* não está na língua, constitui-se no ato enunciativo. Eu não emprego *eu* a não ser me dirigindo a alguém, que será na minha alocação um *tu*, ensina-nos Benveniste.

Apoiando-se na noção de *pessoa*, Benveniste considera pronomes pessoais somente *eu* e *tu* definidos na própria instância do discurso, em vista de se referirem a realidades distintas toda vez que são proferidos (irrepetibilidade). A enunciação sempre é única e irrepetível, já que, a cada vez que a língua é enunciada, tem-se condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (*eu*)/*tu*) singulares (FLORES e TEIXEIRA, 2005). Assim, cada análise da linguagem é única. É da ordem do repetível apenas a organização do sistema da língua.

Desse modo, cada língua apresenta para os pronomes itens lexicais “vazios”, porque não tem uma referência estável uma vez que se atualizam a cada situação enunciada. Assim, na língua portuguesa, o pronome *eu* sempre designa aquele que fala (ordem do repetível), mas sempre terá uma referência diferente a cada instância em que é enunciado (ordem do

irrepetível). Flores e Teixeira (2005) destacam que aí está o diferencial da linguística da enunciação: prever na língua o lugar da irrepetibilidade dela mesma.

Caso diferente é o do pronome *ele*, que, conforme Benveniste, porta o traço de *não-pessoa* e é do domínio sintático, pois se combina com a referência objetiva de forma independente da instância enunciativa que a contém.

Portanto, a subjetividade é traço constitutivo tanto de *eu* que fala quanto de *tu* que é interpelado. Esse mecanismo garante a intersubjetividade, um homem falando a outro homem, momento em que ambos se constituem ora como *eu*, ora como *tu*. Ao ser interpelado pelo *eu*, o *tu* passa, no momento seguinte, a se assumir como *eu*.

## 6. O pronome *nós* na teoria benvenistiana

Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, há uma esclarecedora distinção sobre os pronomes de primeira pessoa e a pluralização. Benveniste (1995) argumenta que a pluralização da primeira pessoa é uma questão complexa em função de a unicidade e a subjetividade inerentes a “eu” impossibilitarem uma pluralização, ou seja, em não havendo vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, não pode ocorrer pluralização. Segundo a ótica benvenistiana, o que ocorre em “nós” é uma junção entre o “eu” e o “não-eu”, interpretando-se assim como pessoa amplificada o plural referido nas gramáticas. Em outras palavras, o “nós” não é um “eu” quantificado ou multiplicado; é, nas palavras de Benveniste (1995, p.258), um “eu” dilatado.

A pessoa amplificada é difusa, pois o “nós” anexa ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas: pode ser *eu + tu*; *eu + vocês*; *eu + ele/eles*. Benveniste (1995, p.256) alerta-nos, no entanto, de que “em nós” é sempre “eu” que predomina, uma vez que só há “nós” a partir de “eu” e esse “eu” sujeita o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcendente”.

Por outro lado, Benveniste (1995) estabelece uma diferenciação: em “nós” pode haver, por um lado, um plural exclusivo resultante da combinatória “eu”+ “eles” e, de outro, um plural inclusivo resultante do somatório “eu”+ “tu”/ “vós”/ “vocês”. O “nós” exclusivo opõe as categorias de pessoa e não-pessoa e o “nós” inclusivo promove a junção de pessoas entre as quais se verifica a correlação de subjetividade. É de destacarmos que, conforme conclui Benveniste, as duas correlações que organizam o sistema de pessoas no singular se manifestam na dupla expressão de “nós”.



O emprego de “nós”, contudo, não se limita ao descrito acima. Benveniste (1995) mostra que, sob certas condições, esse pronome pluralizado pode substituir o singular. O “eu” amplifica-se em um “nós” de majestade, convertendo-se em uma forma solene, menos definida e polida de referência ao “eu” que se enuncia, mas que não se quer marcar como único. Ou ainda o uso de “nós” atenuando a afirmação muito marcada do “eu” numa expressão mais ampla e difusa a que Benveniste denomina, na página 258, o “nós” de orador ou de autor. Podemos considerar esses empregos motivados por um desejo de se dar ao *nós* “uma compreensão indefinida e a afirmação voluntariamente vaga de um “eu” prudentemente generalizado”, pondera Benveniste (1995).

Em síntese, no texto referido acima, Benveniste desconstrói a relação verbo e pronome nas desinências ao evidenciar que a pessoa verbal no plural denota, na realidade, uma pessoa amplificada e difusa e, em particular, que o “nós” anexa ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas, sendo, pois, o plural um fator de ilimitação, e não de quantificação ou multiplicação, como os gramáticos costumam apresentar a questão.

## 7. O pronome “nós” em uma gramática de usos

Conforme Moura Neves (2000), os pronomes pessoais no plural fazem referência simultânea a indivíduos que podem, da perspectiva do discurso, desempenhar diferentes papéis. Para nós, a autora está ratificando o ponto de vista benvenistiano, ao afirmar que os pronomes plurais de primeira pessoa (*nós, nos, conosco*) nunca se referem apenas à primeira pessoa, isto é, sempre envolvem um não-*eu* representando a soma de primeira pessoa com segunda, ou de primeira pessoa com terceira ou ainda de primeira com segunda e com terceira pessoa.

Moura Neves também destaca outros usos para os pronomes plurais, que não só para pluralização. O próprio Benveniste já afirmava, em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1995, p.255) que “sabemos bem que, nos pronomes pessoais, a passagem do singular para o plural não implica apenas uma pluralização”.

Em relação ao emprego da primeira pessoa, esse mecanismo permite ao falante instituir sua fala como se ela fosse de todo um grupo com o qual ele se identifica. É bastante comum se fazer a referência com o pronome *nós* a uma comunidade ou a uma empresa à qual o falante se liga. Moura Neves (2000) lembra ainda que o usuário da língua pode escolher empregar a primeira pessoa do plural para a indeterminação do sujeito. A autora alerta, porém, que a

indeterminação não é total, visto que na forma *nós* pelo menos uma referência é determinada, pois sempre está incluído o falante.

Na sua gramática de usos, Moura Neves (2000) trata de uma questão pertinente ao funcionamento do sistema de pronomes no Brasil contemporâneo, ou seja, o uso da expressão nominal *a gente* como um recurso linguístico empregado legitimamente como pronome pessoal, podendo fazer referência à primeira pessoa do plural (*nós*) ou fazendo uma referência genérica, incluindo todas as pessoas do discurso. Moura Neves esclarece que essa expressão tem as mesmas características quanto à indeterminação do sujeito, embora a forma *a gente* sempre deixe indicado o envolvimento da primeira pessoa no conjunto. A autora lembra ainda que há outras expressões em português que fazem referência genérica, como, por exemplo, *o cara*, *o pessoal*, *a pessoa*, mas seu estatuto não tem identificação com a classe dos pronomes.

### **8. Apresentando uma aplicação prática e uma breve justificativa**

Para o exercício analítico apresentado a seguir, escolhemos a crônica *Vamos queimar os dicionários*, de autoria de Lya Luft e publicada pela revista *Veja* em sua edição de 14 de março de 2012. Essa escolha está baseada num critério particular em vista de, à revelia de um caráter investigativo mais formal, ter constatado, na prática docente de uma das autoras deste artigo, que Lya Luft recorre constantemente ao emprego estratégico e expressivo dos pronomes, o que, inclusive, acaba por ser um traço constitutivo de seu estilo na escritura de crônicas e mereceria já um estudo mais demorado.

No que segue, registramos uma despreziosa análise da crônica, interessando-nos pelo funcionamento do jogo enunciativo posto em andamento com o emprego dos pronomes pessoais, em particular pelo uso de *nós*.

### **9. Identificando as pessoas do discurso - Definindo os papéis**

Na situação enunciada, quem assina o texto é a escritora Lya Luft, autora que publica crônicas na revista *Veja*, apresentando aos leitores dessa publicação suas reflexões sobre temas atuais do cotidiano brasileiro. Para nossa análise, é importante um dado biográfico da cronista: sua formação em linguística e sua atuação como professora dessa disciplina. Assuntos relacionados com língua e linguagem, como é o caso dos dicionários, são um tema sobre o qual ela pode lançar um olhar autorizado, fundamentado em conhecimento teórico advindo de sua formação e prática acadêmicas.

Na instância textualizada, o *eu* referido como pronome pessoal denotando primeira pessoa do singular (*eu, me, mim, comigo...*) ou marcado linguisticamente na forma verbal aparece frequentemente, principalmente nos três parágrafos iniciais. Nos dois últimos parágrafos, na referência à primeira pessoa, predomina a forma *nós*. A expressão *a gente*, ao longo do texto, também contribui para denotar o *eu* que se enuncia. A presença desses elementos linguísticos comprova, inicialmente, uma das características da crônica -- a expressão da subjetividade que oportuniza uma intersubjetividade constitutiva do próprio gênero: é um *eu* marcando-se na escrita, interpelando o *tu* e buscando pela escritura constituir um simulacro de uma conversa em torno de um fato midiático (TOCAIA, 2011), no caso a polêmica envolvendo a proposta de retirada de verbetes do dicionário Houaiss por, supostamente, a obra conter sentidos ofensivos a judeus e ciganos, ao registrar os usos pejorativos associados a essas palavras.

Lya Luft compõe sua crônica a partir da evocação de outras experiências pessoais, anteriores a essa polêmica, com os três parágrafos iniciais relatando memórias da infância da cronista e comentando, comprometidamente, um fato recente, a discussão envolvendo uma das obras de Monteiro Lobato. Nos três parágrafos seguintes, a autora envolve-se com a polêmica do dicionário Houaiss e desenvolve sua argumentação, analisando criticamente o comportamento dos política e linguisticamente “corretos”, movimentando-se de uma perspectiva pessoal para uma reflexão mais geral.

Esse movimento implica um jogo entre passagens menos e mais tensas (relato/comentário), contribuindo para dar ao texto um tom mais leve, que aproxima o texto do leitor. Inserido na reflexão que o autor desenvolve, o leitor tende a aceitar mais facilmente a tese apresentada. Essa interlocução estabelecida funciona, no caso da crônica, como um recurso persuasivo, porque faz com que o leitor sinta-se corresponsável por aquilo que está sendo observado sobre o comportamento das pessoas, entre as quais ele próprio e a autora.

Nesse momento, o jogo enunciativo proposto com o emprego dos marcadores do sistema pronominal (pronomes ou expressões) ganha destaque, por isso nosso interesse recai sobre uma instância peculiar à crônica em análise: o imbricamento do *eu* e do *tu* em um *nós* pleno de efeitos de sentidos distintos: ora como o plural inclusivo, ora como o plural exclusivo de que nos fala Benveniste (1995); ora como potencializador da ironia, pois Lya Luft estabelece um jogo no qual o enunciado afirma e a enunciação nega, conforme podemos observar já no próprio

título da crônica; ora como um *nós* indistinto, amplificado. É esse jogo que passamos a comentar no que segue.

## 10. O desdobramento do “*nós*”

Inicialmente, questionamos-nos quem é o *tu* interpelado pelo texto. Pelo funcionamento do gênero crônica jornalística, é o leitor da crônica instanciado como um *tu* que comunga dos mesmos valores que os do *eu*, tanto que a reversibilidade da relação *eu - tu*, mesmo que limitada pelo suporte de texto escrito, está potencializada podendo ser atualizada pelo *tu*, o qual, assumindo o dito, converte-se num *eu* corresponsável pelo teor da crônica.

Refletindo um pouco mais e considerando o emprego de *nós* como uma estratégia explorada habilmente pela autora, percebemos que o *tu* pode ser desdobrado, remetendo para além da comunidade de leitores da cronista. Como recurso expressivo, o *nós* recobre ora um *eu + tu* (leitores parceiros), ora um *pseudo eu + vocês* e ainda um *eu + tu + vocês*. O que referimos como *vocês* parece ser uma segunda pessoa inferível retoricamente na situação de enunciação como o grupo de pessoas a quem o *eu* enunciador se dirige e ao qual se opõe, pois apresenta um sistema de crenças e de valores postos em oposição ao do enunciador, é o grupo de pessoas a quem se dirigem as críticas e os conselhos. Seguindo o previsto por Benveniste (1995), o *eu* prudentemente se dilui em um *nós* de orador, buscando uma eficácia maior em sua denúncia, ao mesmo tempo que atenua o teor crítico, fingindo assumir para si as posições que, na instância enunciativa, percebemos que não defende.

Com a expressão “*pseudo eu*”, pretendemos dar conta dessa aparente contradição entre o enunciador se marcar no texto como assumindo um ponto de vista contrário ao inferível pela situação comunicativa ou enunciativa. Na verdade, parece-nos que esse é um procedimento de expressão da ironia, sutil e retoricamente bem explorada por Lya Luft.

## 11. Um pouco de exercício linguístico

Embora saibamos que a análise linguística do texto é uma prática essencial para o estudo a que nos propusemos, limitamos esse estudo à segunda parte da crônica, que se encontra entre as linhas 31 a 59 (no anexo, em negrito). Justificamos esse procedimento em razão de, nessa parte do texto, acentuar-se a marcação linguística do enunciador através do emprego do pronome *nós*.

Na passagem “Agora, de novo para *meu* incorrigível assombro, em um lugar *deste* vasto, belo, contraditório país” (l.31), o pronome possessivo, singular, na primeira pessoa e o pronome demonstrativo remetem ao *eu* locutor/enunciador, marcado no texto como a pessoa gramatical que coincide com o sujeito da enunciação.

Na sequência “a gente tanto ama” (l.32), a expressão *a gente* remete a um *eu + tu* que, na situação enunciada, refere-se ao enunciador e ao enunciatário, posição que aqui parece ser preenchida por mais de uma referência. Além de ser o leitor da revista, é o brasileiro que ama seu país e, por extensão, importa-se com questões relativas a sua língua; porém há outra identidade, implícita: entre a comunidade de leitores da Veja, o enunciador se dirige àqueles que assim como ele se opõem à retirada dos verbetes, vendo nela uma prática censora. Com o emprego da expressão *a gente* não só o enunciador se enuncia como também inicia a construção da interação comunicativa buscando a solidariedade e a adesão à causa defendida no texto, o que denota o viés argumentativo da crônica.

Em seu uso no português brasileiro contemporâneo, a expressão *a gente* tem se firmado como um elemento alternativo ao emprego da primeira pessoa do plural, com a diferença que denota um emprego mais coloquial do que o pronome *nós*. Retoricamente, o emprego dessa expressão tem como efeito de sentido incluir, no mesmo universo de interesses, tanto o produtor do texto quanto o seu leitor. O pronome *nós* e a expressão *a gente* ocupam paradigmaticamente a mesma posição no quadro de palavras referenciais de pessoa, conforme observa Moura Neves (2000).

Na passagem destacada a seguir, “que, se não cuidarmos, atingirá outros termos” (l. 46), o enunciador dirige-se aos que defendem a proposta da retirada dos verbetes para lhes fazer um alerta. É pertinente observar que a autora defende a tese contrária a essa proposta, porém o emprego da primeira pessoa parece incluí-la e ao leitor no grupo dos censores (um *vocês* inferível na enunciação), pois ela e o leitor também podem ser preconceituosos. Um dos objetivos dessa crônica pode ser justamente contribuir para que nos precavamos contra o preconceito linguístico.

Em um fragmento mais extenso, “Vamos nos informar, antes de falar. Vamos estudar, antes de criticar. Vamos ver em que terreno estamos pisando, antes de atacar obras literárias ou científicas com o azedume de nossos preconceitos e da nossa pequenez ou implicâncias infundadas.” (l.47-51), a cronista desqualifica o interlocutor por avaliá-lo como ignorante,

desconhecedor da matéria que critica, preconceituoso e implicante, mas o faz de modo polido e menos tenso. Esses efeitos são obtidos com o emprego de nós, não colocando os interlocutores (*eu/ vocês*) em polos opostos, o que nos lembra o plural como um mecanismo de difusão e ampliação, citado por Benveniste (1995) em alguns dos usos desse pronome.

Um novo emprego para a primeira pessoa do plural é explorada em “promover e preservar a dignidade de todos nós” (l.53), pois o pronome aqui denota uma inclusão ampla: cidadãos brasileiros com direito à educação e saúde de qualidade e à dignidade. Esse emprego corrobora o que nos diz Benveniste (1995) acerca do emprego de nós: ao *eu* é acrescida uma totalidade indistinta, uma globalidade cuja referência só pode ser estabelecida pela situação enunciada/ instância do discurso.

No fechamento do texto, ganha destaque o emprego do pronome de primeira pessoa como recurso para incluir todos os participantes da interação (EU + TU + VOCÊS): “E assim caminhará para trás, velozmente, o que temos de humanidade.” (l.59). Com esse emprego, o enunciador introduz, ironizando, um argumento decisivo: o humano sendo minado pelos preconceitos do ser humano. Aqui, parece que o enunciador está constituído pela instância discursiva como um *nós* = seres humanos.

## 12. À guisa de uma conclusão

A investigação aqui referida revelou-se uma oportunidade para refletirmos sobre algumas teses benvenistianas, especificamente aquelas referentes à constituição da pessoa e da subjetividade na língua(gem) a partir da instância enunciativa. Essas reflexões nos levaram ao encontro dos pronomes pessoais, elementos de um sistema para o qual Benveniste (1995) propõe um novo olhar a partir de seu funcionamento no quadro da teoria da enunciação.

Buscando uma aplicação da teoria benvenistiana, propusemo-nos a investigar a crônica jornalística como gênero, concebendo-a principalmente como um *locus* privilegiado para o estudo dos pronomes pessoais dentro do jogo enunciativo proposto tanto pelo gênero quanto pela habilidade do cronista, no caso Lya Luft.

Com nossa investigação, reafirmamos nossa crença de que o uso dos pronomes pessoais e, em especial, do pronome *nós* é, acima de tudo, estratégico, visando a distintos efeitos de sentido, a maioria dos quais previstos por Benveniste (1995), o que, no fundo, confirma a tese benvenistiana da impossibilidade da pluralização do “eu”.

Embora tenhamos percebido que alguns desses efeitos de sentido produzidos com o uso de *nós* possam introduzir novas discussões/problematizações, os limites deste artigo impõem finalizarmos agora nosso fazer, deixando registrado um desafio para quem desejar avançar as pertinentes questões benvenistianas acerca do sistema dos pronomes pessoais em um gênero tão rico quanto a crônica jornalística.

### Referências Bibliográficas

ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M. **Produção de texto: interlocução e gêneros**. São Paulo: Moderna, 2007.

ANDRADE, M. L. C. V. O. As crônicas de Carlos Heitor Cony e a manutenção de um diálogo com o leitor. In: PRETI, D. (Org.). **Diálogos na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2005.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. 4. Ed. Campinas: Pontes, 1995.

BETELHA, G. K. Sete Faces para Rubem Braga. **Leitura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 26-31, 2004.

DEVITT, A. J. **Writing Genres**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004.

FLORES, V. N. e TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

LUFT, L. Vamos queimar os dicionários. **Revista Veja**, edição 2260, 14 de março de 2012.

MELO, J. M. **Jornalismo Opinitivo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MILLER, C. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech** (70), 1984.

MOURA NEVES, M. H. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SCHNEIDER, C. I. **Crônica jornalística: um espelho para a história do cotidiano?** 2007. Disponível em [http://www.fag.edu.br/adverbio/v5/artigos/cronica\\_jornalistica.pdf](http://www.fag.edu.br/adverbio/v5/artigos/cronica_jornalistica.pdf). Acesso em 23/12/2013.

TOCAIA, L. M. Elaboração de material didático para o ensino superior baseada no gênero textual crônica jornalística. **Nonada Letras em Revista**. Porto Alegre: Ed. UniRitter, ano 14, no.17, 2011.

## ANEXO

### Vamos queimar os dicionários

Quando a gente pensa que já viu tudo, não viu. Faz algum tempo, dentro do horroroso politicamente correto que me parece tão incorreto, resolveram castrar, limpar, arrumar livros de Monteiro Lobato, acusando-o de preconceito racial, pois criou entre outras a deliciosa personagem da cozinheira Tia Nastácia, que, junto com Emília e outros do Sítio do Picapau Amarelo, encheu de alegria minha infância. Se formos atrás disso, boa parte da literatura mundial deve ser deletada ou "arrumada". Primeiro, vamos deletar a palavra "negro" quando se refere a raça e pessoas, embora tenhamos uma banda Raça Negra, grupos de teatro Negro e incontáveis oficinas, açougues, borracharias "do Negrão", como "do Alemão" "do Portuga" ou "do Turco". Vamos deletar as palavras. Quem sabe, vamos ficar mudos, porque ao mal-humorado essencial, e de alma pequena, qualquer uma pode ser motivo de escândalo. Depende da disposição com que acordou, ou do lado de onde sopram os ventos do seu próprio preconceito.

Embora meus antepassados tivessem vindo ao Brasil em 1825, portanto sendo eu de muitas gerações de brasileiros tão brasileiros quanto os de todas as demais origens, na escola havia também a turminha que nos achacava com refrãos como "Alemão batata come queijo com barata". Nem por isso nos odiamos, nos desprezamos. Eram coisas infantis, sem consistência. O que vemos hoje quer mudar a cara do país, ou da cultura do país, e não tem nada de inocente. Um dos negros que mais estimei (no passado, porque morreu), ligado a mim por laços de família, era culto, bom, interessante, nossos encontros eram uma alegria. Com ele muito aprendi, sua cultura era vasta. A cor de sua pele nunca me incomodou, como, imagino, não o aborreciam meus olhos azuis. Havia coisas bem mais positivas e importantes entre nós e nossas famílias. Não vou desfilhar casos com amigos negros, japoneses, árabes, judeus, seja o que for. Mas vou insistir no meu escândalo e repúdio a qualquer movimento que seja discriminatório, que incite o ódio de classes ou o ódio racial, não importa em que terreno for.

Agora, de novo para meu incorrigível assombro, em um lugar deste vasto, belo, contraditório país que a gente tanto ama, desejam sustar a circulação do Dicionário Houaiss, porque no verbete "cigano" consta também o uso pejorativo - que, diga-se de passagem, não foi inventado por Houaiss, mas era ou é uso de alguns falantes brasileiros, que o autor meramente, como de sua obrigação, registrou. Ora, para tentar um empreendimento desse vulto, como suspender um dicionário de tal peso e envergadura, seria preciso um profundo e preciso conhecimento de linguística, de lexicografia, uma formação sólida sobre o que são dicionários e como são feitos. O dicionarista não inventa, não acusa nem elogia, deve ser imparcial - porque é apenas alguém que registra os fatos da língua, normalmente da língua-padrão, embora haja dicionários de dialetos, de gírias, de termos técnicos etc. Então, se no verbete "cigano" Houaiss colocou também os modos pejorativos como a palavra é ou foi empregada, criticá-lo por isso é uma tolice sem tamanho, que, se não cuidarmos, atingirá outros termos em outros dicionários, com esse olhar rancoroso. Vamos nos informar, antes de falar. Vamos estudar, antes de criticar. Vamos ver em que terreno estamos pisando, antes de atacar obras literárias ou científicas com o azedume de nossos preconceitos e da nossa pequenez ou implicâncias infundadas. Há coisas muito mais importantes a fazer neste país, como estimular o cuidado com a educação, melhorar o atendimento à saúde, promover e preservar a dignidade de todos nós.

Ou, numa mistura maligna de arrogância e ignorância - talvez simplesmente porque não temos nada melhor a fazer -, vamos deletar as palavras que nos incomodam, os costumes que nos



irritam, as pessoas que nos atrapalham e, quem sabe, iniciar uma campanha de queima de livros. De autores, seria um segundo passo. E assim caminhará para trás, velozmente, o que temos de humanidade.

Artigo recebido em: 28.01.2014

Artigo aprovado em: 29.04.2014

Domínios de Lingu@gem